

## COORDENACAO DE ADMINISTRACAO-COAD

## Termo de Referência 161/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
161/2025	200334-COORDENACAO DE ADMINISTRACAO-COAD	LEICIANE RIBEIRO TERRA	27/02/2026 08:53 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		08203.000041/2026-79

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de insumos para Laboratório de Papiloscopia do SEPAP/DCRIM/INI/DPA/PF e para utilização em eventos DVI (Identificação de Vítimas de Desastres em Massa), por Dispensa de Licitação, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO REFERENCIAL	VALOR TOTAL REFERENCIAL
1	<b>1,2-Indanediona, 10 g</b> - apresentação sólida (pó amarelado), - composição 100% 1,2-indanediona, - frasco com 10g, - número de referência química CAS 16214-27-0 - aplicação: reage com resíduos de aminoácidos de superfícies porosas, os quais se tornam fluorescentes com estímulo luminoso adequado.	633793	Frasco	5	R\$ 2.207,30	R\$ 11.036,50
2	<b>Adaptador tipo "T" (benjamin) universal, 3 saídas</b> - voltagem: tensão máxima de 250V, - plugue principal: 2 pinos, - múltiplas saídas: 3 saídas, uma frontal de 20A e duas laterais de 10A; todas com 3 pinos (2P + T), Padrão Brasileiro - NBR 14136:2011, - material resistente: fabricado em polipropileno com pinos em latão ou cobre, - aprovado pelo INMETRO.	633018	Unidade	10	R\$ 23,13	R\$ 231,30
3	<b>Álcool etílico, absoluto, 1L</b> - líquido límpido, incolor, volátil, - teor alcoólico mínimo 99,5°GL, - fórmula química C <sub>2</sub> H <sub>5</sub> OH, - peso molecular 46,07 g/mol, - grau de pureza mínimo 99,7% P/P INPM - reagente P.A. ACS ISO - número de referência química CAS 64-17-5.	366466	Litro	4	R\$ 11,20	R\$ 44,80

4	<b>Álcool etílico hidratado, 70%, 1L</b> - líquido límpido, incolor, volátil, - teor alcoólico mínimo de 77°GL (77% V/V a 20° C), - fórmula química C <sub>2</sub> H <sub>5</sub> OH, - peso molecular 46,07 g/mol, - grau de pureza mínimo de 70 °INPM (70% P/P) - número de referência química: CAS 64-17-5.	405780	Litro	5	R\$ 5,47	R\$ 27,35
5	<b>Bacia plástica, REDONDA e PEQUENA</b> - capacidade: 1,5L, - altura: 7cm, - diâmetro: 20cm, - cor: preta ou cinza, - aplicação: revelação de impressões papilares por borrito ou imersão.	471264	Unidade	10	R\$ 11,50	R\$ 115,00
6	<b>Bandeja plástica RETANGULAR GRANDE</b> - material: plástico branco resistente, - capacidade: 7,0 a 9,0L (sem dimensões fixas para comprimento e largura), - altura: 8 a 10cm, - formato: retangular, - aplicação: revelação de impressões papilares por borrito ou imersão.	413112	Unidade	10	R\$ 19,24	R\$ 192,40
7	<b>Bandeja plástica RETANGULAR PEQUENA</b> - material plástico branco resistente, - capacidade: 3,0 a 3,5L (sem dimensões fixas para comprimento e largura), - altura: 6 a 8cm, - formato retangular, - aplicação: revelação de impressões papilares por borrito ou imersão.	420488	Unidade	10	R\$ 8,00	R\$ 80,00
8	<b>Bandeja de aço inoxidável, RETANGULAR</b> - material: aço inoxidável, - capacidade: 3 a 4L (sem dimensões fixas para comprimento e largura), - altura: 4 a 6cm, - formato: retangular, - aplicação: revelação de impressões papilares por borrito ou imersão.	401886	Unidade	3	R\$ 50,00	R\$ 150,00
9	<b>Bota de segurança, 38</b> - material borracha, - tamanho 38, - cano longo, - solado antiderrapante, - impermeável.	479980	Par	10	R\$ 39,26	R\$ 392,60
10	<b>Bota de segurança, 42</b> - material borracha, - tamanho 42, - cano longo, - solado antiderrapante, - impermeável.	479980	Par	5	R\$ 39,26	R\$ 196,30
11	<b>Bota de segurança, 44</b> - material borracha, - tamanho 44, - cano longo, - solado antiderrapante, - impermeável.	479980	Par	10	R\$ 39,26	R\$ 392,60

12	<b>Caneco de metal</b> - material: aço inoxidável - capacidade: 1,4 a 2,0L - material base: baquelite - aplicação: técnica de fervura	482842	Unidade	4	R\$ 118,97	R\$ 475,88
13	<b>Costótomo de Collin</b> - material aço inoxidável, resistente à corrosão e a esterilização (conforme NBR 7153-1) - comprimento 19 a 26 cm, - mecanismo com mola de retorno para cortes firmes e seguros; - design ergonômico que proporciona conforto e controle de eficiência, - registro válido na ANVISA, - garantia mínima de 5 anos.	601115	Unidade	3	R\$ 587,27	R\$ 1.761,81
14	<b>Ebulidor elétrico de água, 110V</b> - cabo de material plástico resistente, - comprimento 30 a 37cm, - tensão alimentação: 110V, - potência: 1.000 a 1.200W, - tipo manual, rápido, de água, - com clip para fixação na borda do recipiente, - aprovado pelo INMETRO. - garantia de 12 meses.	308424	Unidade	2	R\$ 41,90	R\$ 83,80
15	<b>Ebulidor elétrico de água, 220V</b> - cabo de material plástico resistente, - comprimento 30 a 37cm, - tensão alimentação: 220V, - potência: 1.000 a 1.200W, - tipo manual, rápido, de água, - com clip para fixação na borda do recipiente, - aprovado pelo INMETRO. - garantia de 12 meses.	467611	Unidade	3	R\$ 63,81	R\$ 191,43
16	<b>Filtro químico de carvão ativado</b> - feito sob medida para a Câmara Safefume (cianoacrilato) Sirchie - finalidade: contenção de vapores tóxicos de cianoacrilato; - dimensões: 490 x 230 x 45mm; - marca: Airlink filtros, Linter filtros ou de qualidade equivalente.	461701	Unidade	2	R\$ 163,50	R\$ 327,00
17	<b>Frasco Laboratório, 1L</b> - tipo reagente, - material vidro âmbar, - graduado, - capacidade 1L, - tampa de rosqueável com vedação.	409428	Unidade	10	R\$ 23,79	R\$ 237,90
18	<b>Frasco borrifador</b> - material vidro âmbar, - capacidade de 75 a 120mL, - tipo spray com bico borrifador, - aplicação: acondicionar solução reveladora.	250954	Unidade	30	R\$ 19,63	R\$ 588,90
	<b>kit com 01 máscara semifacial com um par de filtros respiradores</b>					

19	<ul style="list-style-type: none"> <li>- marca 3M ou de qualidade equivalente,</li> <li>- máscara com 4 pontos de fixação, uma válvula e exalação, 02 entradas para filtros respiradores,</li> <li>- cartuchos: filtragem de vapores orgânicos, gases ácidos e odores fortes,</li> <li>- adicional: um par de pré-filtros,</li> <li>- aprovação pelo INMETRO.</li> </ul>	634095	Kit	40	R\$ 284,76	R\$ 11.390,40
20	<b>Luva de proteção, G</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- material látex, sem forro</li> <li>- aplicação laboratorial,</li> <li>- punho longo, cano 600 mm,</li> <li>- tamanho grande,</li> <li>- cor amarela,</li> <li>- palma antiderrapante,</li> <li>- não esterilizada.</li> </ul>	260411	Unidade*  *Por unidade, entenda-se o "par de luvas"	30	R\$ 6,22	R\$ 186,60
21	<b>Luva para procedimento não cirúrgico, G</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- material borracha nitrílica,</li> <li>- superfície lisa, formato ambidestro,</li> <li>- tamanho grande,</li> <li>- sem pó, com cor,</li> <li>- não estéril, uso único,</li> <li>- notificação de registro na ANVISA.</li> </ul>	619825	Unidade	500	R\$ 17,01	R\$ 8.505,00
22	<b>Luva para procedimento não cirúrgico, P</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- material borracha nitrílica,</li> <li>- superfície lisa, formato ambidestro,</li> <li>- tamanho pequeno,</li> <li>- sem pó, com cor,</li> <li>- não estéril, uso único.</li> <li>- notificação de registro na ANVISA.</li> </ul>	619823	Unidade	500	R\$ 18,14	R\$ 9.070,00
23	<b>Macacão de segurança (Tyvek) branco, GG ou XL</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- material não tecido de polietileno, impermeável,</li> <li>- cor branca,</li> <li>- com capuz,</li> <li>- fechamento abdominal com zíper,</li> <li>- aplicação em área manipulação de produtos químicos e biológicos,</li> <li>- tamanho: GG ou XL</li> <li>- punho, cintura e tornozelo com elástico,</li> <li>- notificação de registro na ANVISA válido.</li> </ul>	616643	Unidade	150	R\$ 45,10	R\$ 6.765,00
24	<b>Maleta de ferramentas com 169 peças</b> *especificação completa no ANEXO I.	630933	Unidade	1	R\$ 343,69	R\$ 343,69
25	<b>Máscara cirúrgica descartável tripla</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- material não tecido 100% polipropileno;</li> <li>- fixação com elástico;</li> <li>- elemento filtrante interno;</li> <li>- eficiência de filtragem bacteriológica (BFE) ≥ 95%,</li> <li>- eficiência de filtragem de partículas (PFE) &gt; 94%,</li> <li>- não estéril;</li> <li>- mínimo 3 camadas;</li> <li>- clipe nasal ajustável;</li> <li>- retangular, com pregas horizontais;</li> <li>- cor branca;</li> <li>- tamanho adulto;</li> <li>- notificação de registro na ANVISA válido.</li> </ul>	485312	Unidade	1000	R\$ 0,11	R\$ 110,00

26	<b>Máscara tipo respirador descartável</b> - material: camadas de fibras sintéticas, - cor branca ou azul, - clipe nasal ajustável, - fixação com elástico, - tamanho adulto, - formato dobrável, tipo bico de pato, - classe PPF2, N95 ou equivalente, - com filtro para partículas, conforme NBR 13698 /2011, - eficiência de filtragem bacteriológica (BFE) ≥ 98%, - eficiência de filtragem de partículas (PFE) > 94%, - notificação de registro na ANVISA válido.	485533	Unidade	500	R\$ 0,82	R\$ 410,00
27	<b>Óculos de proteção lente amarela</b> - Material armação: plástico rígido, - Tipo de proteção: ampla visão, - Material proteção: policarbonato translúcido, - Proteção lateral, - Cor da lente: amarela, - Aplicação: contra impactos de partículas e raios UV, - Aprovação pelo INMETRO.	485732	Unidade	4	R\$ 40,41	R\$ 161,64
28	<b>Óculos de proteção lente laranja</b> - Material armação: plástico rígido, - Tipo de proteção: ampla visão, - Material proteção: policarbonato translúcido, - Proteção lateral, - Cor da lente: laranja, - Aplicação: contra impactos de partículas e raios UV, - Aprovação pelo INMETRO.	634037	Unidade	4	R\$ 89,13	R\$ 356,52
29	<b>Óculos de proteção lente vermelha</b> - Material armação: plástico rígido, - Tipo de proteção: ampla visão, - Material proteção: policarbonato translúcido, - Proteção lateral, - Cor da lente: vermelha, - Aplicação: contra impactos de partículas e raios UV, - Aprovação pelo INMETRO.	634067	Unidade	4	R\$ 38,09	R\$ 152,36
30	<b>Pincel de penas de Marabou, cor branca, tamanho grande para revelação impressões latentes</b> - Medida do cabo: 10 a 13 cm de comprimento, - Medida da pluma: 10 a 12 cm de comprimento, - Modelo Sirchie 123LW ou de qualidade equivalente.	634218	Unidade	5	R\$ 364,85	R\$ 1.824,25
31	<b>Pincel de penas de Marabou, cor preta, tamanho grande para revelação impressões latentes</b> - Medida do cabo: 10 a 13 cm de comprimento, - Medida da pluma: 10 a 12 cm de comprimento, - Modelo Sirchie 123B ou de qualidade equivalente.	634218	Unidade	5	R\$ 364,85	R\$ 1.824,25
	<b>Pipetador manual</b>					

32	<ul style="list-style-type: none"> <li>- material em borracha,</li> <li>- tipo manual,</li> <li>- capacidade até 50ml,</li> <li>- ajuste tipo pera,</li> <li>- componentes: com três vias.</li> </ul>	409534	Unidade	40	R\$ 22,92	R\$ 916,80
33	<b>Régua elétrica com filtro de linha</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 6 saídas de 10A com 3 pinos (2P + T), Padrão Brasileiro - NBR 14136:2011,</li> <li>- plugue principal: 10A com 3 pinos (2P + T), Padrão Brasileiro - NBR 14136:2011,</li> <li>- comprimento total (régua+ cabo): 3,0 a 3,5m,</li> <li>- frequência de 50Hz/60Hz,</li> <li>- potência de 500 W,</li> <li>- cor preta,</li> <li>- tensão de alimentação: bivolt,</li> <li>- interruptor liga e desliga,</li> <li>- garantia de 12 meses,</li> <li>- aprovada pelo INMETRO.</li> </ul>	389529	Unidade	10	R\$ 29,00	R\$ 290,00
34	<b>Removedor de cianoacrilato 200 a 250mL</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- apta para aplicação sobre vidro, madeira, plástico, metal, cerâmica e tecidos.</li> <li>- bico aplicador em spray,</li> <li>- composição: mínimo 99,5% de 1-metil-2-pirroliona</li> <li>- Número de Referência Química CAS 872-50-4</li> <li>- volume 200 a 250mL.- Aspecto : Líquido límpido, incolor, odor forte e irritante. - Peso molecular: 99,13 G/MOL. - FORMULA QUIMICA: C5H9NO</li> </ul>	381515	Unidade	2	R\$ 35,79	R\$ 71,58
35	<b>Travessa retangular de vidro</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- material: vidro translúcido,</li> <li>- capacidade: 5 a 6L (sem dimensões fixas para comprimento e largura),</li> <li>- altura: 5 a 7cm,</li> <li>- formato: retangular,</li> <li>- aplicação: anteparo para revelação de impressões papilares por borrfio.</li> </ul>	441481	Unidade	4	R\$ 46,40	R\$ 185,60
36	<b>Vidro de relógio</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- diâmetro: Cerca de 10 a 11 cm,</li> <li>- formato côncavo,</li> <li>- material vidro translúcido,</li> <li>- finalidade: pesagem de substâncias químicas sólidas.</li> </ul>	453439	Unidade	10	R\$ 3,65	R\$ 36,50
<b>TOTAL</b>						<b>R\$ 59.125,76</b>

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **6 (seis) meses** contados da data de emissão da Nota de empenho ou da Assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. De acordo com o Art. 93 da Instrução Normativa DG/PF Nº 270/2023, alterada pela Instrução Normativa DG/PF Nº 286/2024, compete ao SEPAP, entre outras atribuições: solicitar, propor e elaborar termos de referência para aquisição de materiais e equipamentos relacionados à identificação papiloscópica; planejar e propor à DIREN/ANP/PF ações de capacitação relacionadas a sua área de atribuição; planejar, supervisionar, coordenar, orientar, avaliar e promover projetos e ações relavas à identificação de vítimas de desastres (DVI) no âmbito das atribuições do Instituto Nacional de Identificação - INI.

2.2. Está entre os objetivos estratégicos da Polícia Federal "Formar a polícia do futuro, moderna e inovadora" (Objetivo 4). O resultado chave (KR) 4.1 da Diretoria de Polícia Administrativa (DPA) é "promover a ampliação e modernização da estrutura física e do parque tecnológico e laboratorial destinado à identificação humana".

2.3. Portanto, o Laboratório de Papiloscopia do SEPAP/DCRIM/INI/DPA/PF precisa realizar a contratação periódica de insumos, a fim de garantir a continuidade e a eficiência das atividades da Polícia Federal relacionadas à identificação humana que são de sua atribuição. Ressalta-se que, em 2023, foi realizada uma grande compra de insumos por pregão eletrônico, porém, os itens adquiridos foram sendo consumidos com o tempo; além disso, foi anunciado novo curso de formação de papiloscopistas, com **turma prevista para maio de 2026**.

2.4. Importante mencionar que esta última compra foi destinada a insumos utilizados no laboratório do SEPAP, não contemplando materiais utilizados exclusivamente nas atividades de necropapiloscopia desenvolvidas pela equipe de DVI. Isso reforça a necessidade de uma nova

2.5. Nesse contexto, decidiu-se realizar uma **contratação direta, devido ao baixo valor dos itens, conforme previsto pelo Art. 75, inciso II, da Lei Nº 14.133/2021 e valores atualizados pelo Decreto Nº 12.807 de 30/12/2025**, no intuito de que o procedimento possa ser concluído em tempo hábil para o recebimento dos itens e emprego no curso de formação supracitado.

2.6. Trata-se de insumos específicos utilizados na rotina laboratorial que envolve a aplicação de reveladores papiloscópicos; Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) - essenciais para a segurança dos profissionais; além de materiais utilizados em operações DVI. A descrição dos bens, especificações e quantitativos a serem adquiridos estão descritos no título anterior.

2.7. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta no Documento de Formalização da Demanda - DFD nº 466-2025 (144186644) e nas informações básicas desse Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Trata-se da contratação direta de insumos para o laboratório de papiloscopia a serem utilizados em atividades diversas como capacitação de servidores; exames papiloscópicos de materiais, locais de crime, veículos e em operações DVI.

3.2. Objetos como EPIs são fundamentais para segurança ocupacional dos profissionais. As vidrarias e vasilhames listados facilitam o manejo dos reveladores e sua aplicação por borrifo, por exemplo, ou imersão. Todos os itens são utilizados na rotina laboratorial, e, por isso, os quantitativos precisam ser renovados periodicamente por meio de novas aquisições.

3.3. A estimativa dos quantitativos necessárias foi realizada considerando o consumo registrado em 2025, a situação atual do estoque e a necessidade de materiais a serem utilizados no Curso de Formação de Papiloscopia, Turma de PPFs, prevista para maio de 2026:

Item	Descrição	CATMAT	Unidade de Fornecimento	Estoque	Consumo em 2025	Quantidade requerida	OBS
	1,2-Indanediona,						Estoque baixo, uso em

1	10 g	604123	Frasco	3	0	5	laboratório e capacitações
2	Adaptador tipo "T" (benjamin) universal, 3 saídas	633018	Unidade	0	NA	10	Sem estoque, uso em laboratório e capacitações
3	Álcool etílico absoluto, 1L	366466	Unidade	4	2	4	Estoque baixo, uso em laboratório e capacitações
4	Álcool etílico Hidratado 70%, 1L	405780	Unidade	0	1	5	Sem estoque, uso em operações DVI
5	Bacia plástica, REDONDA e PEQUENA	471264	Unidade	0	NA	10	Sem estoque, uso em laboratório e capacitações
6	Bandeja plástica RETANGULAR GRANDE	413112	Unidade	10	NA	10	Estoque baixo, uso em laboratório e capacitações
7	Bandeja plástica RETANGULAR PEQUENA	420488	Unidade	25	NA	10	Estoque moderado, uso em laboratório e capacitações
8	Bandeja de aço inoxidável, RETANGULAR	401886	Unidade	1	NA	3	Estoque baixo, uso em laboratório e capacitações
9	Bota de segurança, 38	479980	Par	0	NA	10	Sem estoque, uso em operações DVI
10	Bota de segurança, 42	479980	Par	2	NA	5	Estoque baixo, uso em operações DVI
11	Bota de segurança, 44	479980	Par	3	NA	10	Estoque baixo, uso em operações DVI
12	Caneco de metal	482842	Unidade	1	NA	4	Estoque baixo, uso em operações DVI
13	Costótomo de Collin	601115	Unidade	0	NA	3	Sem estoque, uso em operações DVI
14	Elubidor elétrico de água, 110V	308424	Unidade	0	NA	2	Sem estoque, uso em operações DVI
15	Elubidor elétrico de água, 220V	467611	Unidade	1	NA	3	Estoque baixo, uso em operações DVI
16	Filtro químico de carvão ativado	461701	Unidade	0	0	2	Sem estoque, uso em laboratório
17	Frasco Laboratório, 1L	409428	Unidade	0	NA	10	Sem estoque, uso em laboratório
							Estoque baixo, uso em



18	Frasco borrifador	250954	Unidade	15	NA	30	laboratório e capacitações
19	kit com 01 máscara semifacial e um par de filtros respiradores, marca 3M ou de qualidade equivalente	336783	Par	24	10	40	Estoque baixo, uso em laboratório e capacitações
20	Luva de proteção, G	260411	Unidade (par)	5	3	30	Estoque baixo, uso em laboratório e capacitações
21	Luva para procedimento não cirúrgico, G	619825	Caixa com 100 unidades	4	4	500	Estoque baixo, uso em laboratório e capacitações
22	Luva para procedimento não cirúrgico, P	619823	Caixa com 100 unidades	8	6	500	Estoque baixo, uso em laboratório e capacitações
23	Macacão de segurança (Tyvek) branco, GG ou XL	616643	Unidade	0	0	150	Sem estoque, uso em operações DVI
24	Maleta de ferramentas com 169 peças	630933	Unidade	1	NA	1	Caixa incompleta, uso para pequenas reformas do laboratório
25	Máscara cirúrgica descartável tripla	485312	Unidade	0	0	1000	Sem estoque, uso em laboratório e capacitações
26	Máscara tipo respirador descartável PPF2 com filtro	485533	Unidade	0	59	500	Sem estoque, uso em operações DVI
27	Óculos de proteção lente amarela	485732	Unidade	5	NA	4	Estoque baixo, uso em laboratório e capacitações
28	Óculos de proteção lente laranja	312490	Unidade	3	NA	4	Estoque baixo, uso em laboratório e capacitações
29	Óculos de proteção lente vermelha	603604	Unidade	2	NA	4	Estoque baixo, uso em laboratório e capacitações
30	Pincel de penas de Marabou, cor branca, grande	424531	Unidade	0	NA	5	Sem estoque, uso em laboratório e capacitações
31	Pincel de penas de Marabou, cor preta, grande	424531	Unidade	1	NA	5	Sem estoque, uso em laboratório e capacitações
	Pipetador,						Estoque baixo,

32	material em borracha tipo manual	409534	Unidade	6	NA	40	uso em laboratório e capacitações
33	Régua elétrica com filtro de linha	389529	Unidade	3	NA	10	Estoque baixo, uso em laboratório e capacitações
34	Removedor De Cola Adesiva Instantânea 100 - 190mL	303127	Frasco	0	0	2	Sem estoque, uso em laboratório
35	Travessa retangular de vidro	441481	Unidade	0	NA	4	Sem estoque, uso em laboratório e capacitações
36	Vidro de relógio	453439	Unidade	1	NA	10	Estoque baixo, uso em laboratório e capacitações

3.4. Optou-se pela dispensa de licitação, devido ao baixo valor dos itens, conforme previsto pela legislação.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. No caso de produtos para saúde, como dispositivos médicos e equipamentos de proteção individual regulados pela ANVISA, só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.

4.1.2. Só será admitida a oferta de pilhas e baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.

4.1.3. As empresas contratadas deverão observar o disposto no art. 5º da IN nº 01/2010-SLTI/MPOG referente à sustentabilidade socioambiental:

a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR-15448-1 e 15448-2;

b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

d) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

4.2. Com relação à sustentabilidade, essa contratação também está alinhada ao Plano Diretor de Logística Sustentável da Polícia Federal – PDLS 2026/2027, tendo em vista que tem firmado parcerias com Universidades Federais, como a Universidade de Brasília-DF (UnB) para destinação adequada de resíduos vencidos ou descartados, ação que integra o Eixo 5: Inclusão dos negócios de impacto nas contratações públicas.

Indicação de marcas ou modelos

4.3. Na presente contratação será admitida a indicação de marcas ou modelos, tendo em vista que alguns itens são muito específicos, utilizados durante a atividade pericial em laboratório. As marcas indicadas já foram testadas pela área técnica, por esse motivo, foram consideradas com adequação e qualidade suficiente ao objetivo de uso.

4.4. Dessa forma, houve indicação de marcas referenciais para o item 16 – *Filtro químico de carvão ativado*, item feito sob medida para câmara Safefume (fumigação de cianoacrilato da *Sirchie*); e para o item 19 - *kit com 01 máscara semifacial com um par de filtros respiradores*.

Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista que, devido ao baixo valor, essa aquisição não gera riscos substanciais para a administração pública. Além disso, o efetivo pagamento das notas fiscais somente será realizado após a verificação de conformidade pelos fiscais em relação às especificações técnicas e ao cumprimento das demais exigências de documentação do objeto ou da empresa.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta) dias** contados da data de conhecimento da empresa sob a emissão das notas de empenho ou da data de assinatura do contrato, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **30 (trinta) dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

E-mail	UASG	CNPJ	CEP	Endereço de entrega
ulog.ini.dpa@pf.gov.br	200334	00.394.494/0014-50	70610-902	Instituto Nacional de Identificação (INI/DPA /PF)  SAIS, Quadra 7, Lote 23, Setor Policial Sul, Brasília-DF.

5.3.1. A previsão de entrega do item deverá ser **previamente informada através do e-mail** acima indicado, para seja possível conferir previamente as notas fiscais, informações e a documentação complementar necessária ao recebimento definitivo pela área técnica:

5.3.1.1. No caso de produtos perecíveis, no ato da entrega, não deverá ter sido transcorrido mais de **30% (trinta por cento)** do prazo de validade recomendado pelo fabricante. Na hipótese do não cumprimento do limite acima preconizado, o Instituto Nacional de Identificação (INI/DPA/PF) deverá ser consultado, prévia e oficialmente, para manifestação técnica acerca da viabilidade ou não do recebimento do produto. Caso fora do limite e o recebimento do item seja considerado viável, a empresa deverá enviar carta compromisso de troca timbrada e assinada pelo representante legal da contratada, para o e-mail [ulog.ini.dpa@pf.gov.br](mailto:ulog.ini.dpa@pf.gov.br) com no mínimo **10 (dez) dias** de antecedência à data de entrega.

5.3.1.2. **Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ)** é o documento que fornece informações sobre vários aspectos das substâncias químicas ou misturas, quanto a proteção, segurança, saúde dos operadores, conservação do meio ambiente, transporte, armazenamento entre outras. De acordo com a norma ABNT NBR nº 14725-4:2014 e com o Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GSH), a emissão da FISPQ é obrigatória para produtos químicos classificados como perigosos e produtos químicos não perigosos cujo uso recomendado ocasione riscos à segurança e saúde dos trabalhadores. Portanto, no aviso da entrega e na entrega propriamente dita, **os itens 1, 3, 4 e 34** deverão possuir as FISPQs correspondentes.

5.3.1.3. Conforme disciplinado pelo Art. 42, da Lei Nº 14.133/2021, **certificado de aprovação, ensaio ou controle de qualidade** é o documento necessário para garantir que a qualidade, segurança e conformidade do produto foram atestados pelo fabricante ou órgão certificador, e será exigido para os **itens 1, 2, 3, 4, 13, 14, 15, 19, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29 e 34**.

5.3.1.4. **Ficha técnica, instruções de uso ou manual do usuário do produto:** deve ser apresentado no caso dos **itens 13, 14, 15, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29**. O documento é essencial para fornecer as instruções do fabricante sobre o manejo correto dos itens, vida útil, higienização, armazenamento, procedimentos de descarte, entre outros. Além disso, possui pontos fundamentais para eficiência da fiscalização contratual: rastreabilidade e descrição das características do produto (permite verificação de conformidade quanto aos padrões mínimos de qualidade e desempenho).

## **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.4. Exceto para os **itens 13, 14, 15, 24 e 33**, o prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5. Para o **item 13 (Costótomo)**, o prazo de garantia contratual, complementar à garantia legal, será de, no **mínimo 5 anos**, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. Trata-se de instrumento cirúrgico de uso crítico, destinado à realização de secções de partes ósseas (no contexto de DVI), sendo submetido, de forma contínua, a elevadas cargas mecânicas, esforços de torção, impacto e ciclos repetidos de abertura e fechamento, além de sucessivos processos de limpeza, desinfecção e esterilização em autoclave. Esse tipo de emprego acelera o desgaste de componentes estruturais, especialmente em articulações, lâminas, pinos, molas, superfícies de corte e áreas de solda ou união mecânica, por este motivo, foi exigida uma garantia mínima de 5 anos. O intuito é assegurar a durabilidade estrutural e funcional do instrumento ao longo de seu ciclo de vida.

5.6. Já para os **itens 14 (Ebulidor 110V), 15 (Ebulidor 220V), 24 (Furadeira parafusadeira, da Maleta de ferramentas), e 33 (Régua com filtro de linha)**, o prazo de garantia contratual, complementar à garantia legal, será de, no **mínimo 01 (um) ano**, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.7. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.8. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.9. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

- 5.10. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 5.11. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.12. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **30 (trinta) dias úteis**, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 5.13. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 5.14. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 5.15. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 5.16. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 5.17. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **1% (um por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **1% (um por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

- 7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado



possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente e documentação complementar descrita no título 5 deste Termo de Referência, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **5 (cinco) dias úteis**.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5.o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **índice IPCA/IBGE** de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o

pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.27. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## Reajuste

8.28. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da **data do orçamento estimado, em 29/01/2026**.

8.29. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **índice IPCA/IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.31. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.32. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.33. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.34. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.35. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no **Art. 75, inciso II**, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou seja, devido ao baixo valor da aquisição.

### **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

### **Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

#### **Qualificação Técnica**

9.14. Para os **itens 3 e 4 desta contratação**, por se tratar de produtos químicos controlados pela Polícia Federal, nos termos da Lei Nº 10.357 de 27/12/2001, do Decreto nº 4262 de 10/06/2002 e da Portaria nº 240 de 12/03/2019, Anexo I – lista VII, o fornecedor deverá apresentar:

9.14.1. Certificado de Licença de Funcionamento (CLF) vigente e regularmente emitido pela Polícia Federal.

9.15. No caso do **item 13**, o fornecedor deverá apresentar prova de atendimento aos requisitos sanitários e regulatórios, previstos na Lei Nº 6.360, de 23 de setembro de 1976 e na Resolução da Diretoria Colegiada da RDC /Anvisa Nº 16, de 1º de abril de 2014:

9.15.1. Licença de Funcionamento ou Alvará Sanitário vigente e regularmente emitida pela Vigilância Sanitária Estadual e/ou Municipal em nome da licitante.

9.15.2. Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) participante da licitação emitida pela ANVISA.

9.15.3. Certificado de Registro do Produto vigente e emitido pela ANVISA ou publicação do registro no Diário Oficial da União (DOU). Será permitida a apresentação do protocolo de pedido de revalidação do registro junto à Anvisa, desde que tenha sido requerido em tempo hábil nos termos da legislação.

9.16. Para os **itens 21, 22, 23, 25, 26**, o fornecedor deverá apresentar prova de atendimento aos requisitos sanitários e regulatórios, previstos na Lei Nº 6.360, de 23 de setembro de 1976:

9.16.1. Comprovante de que a Notificação de Registro do Produto, emitida pela ANVISA, se encontra vigente ou a publicação da notificação no Diário Oficial da União (DOU). Será permitida a apresentação do protocolo de pedido de revalidação junto à Anvisa, desde que tenha sido requerido em tempo hábil nos termos da legislação.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.17. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.18. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.19. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.20. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.21. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 59.125,76 (cinquenta e nove mil cento e vinte e cinco reais e setenta e seis centavos)** conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 deste Termo de Referência.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

V) Plano interno: [...].

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

## 13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Responsabilidade da área de compras.

## 14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Responsabilidade da área de compras.

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**FABRICIO SCHOMMER KERBER**

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 27/02/2026 às 08:53:57.

**ALEX HALTI CABRAL**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 10/02/2026 às 13:38:00.*

Despacho: 144251603

**LEICIANE RIBEIRO TERRA**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 09/02/2026 às 18:55:31.*

Despacho: 144251603

**NANDRESSA FELIPE NOBRE**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 09/02/2026 às 19:49:49.*

Despacho: 144251603

**LUCIENE MARQUES DA SILVA**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 24/02/2026 às 13:30:27.*